

# COMPROVADA A MANIPULAÇÃO DE EMENDAS

**Depoimento de Saldanha Derzi revela que valores eram adulterados depois da aprovação pelo Congresso**

Os parlamentares que controlavam o Orçamento-Geral da União utilizavam emendas de terceiros para atingir seus objetivos e chegaram a aumentar dotações das propostas que lhes convinhavam em até 100 vezes. A CPI descobriu ontem, durante depoimento do senador Saldanha Derzi (PRN-MS), que emenda de autoria do parlamentar, feita em 1989, para a construção de casas populares em Ponta Porã (MS), no valor de US\$ 867 mil, foi aumentada na Comissão de Orçamento para US\$ 91,7 milhões. E o pior, segundo Saldanha Derzi, é que nenhum centavo chegou a Ponta Porã.

O senador ficou surpreso ao ser inquirido sobre as razões que o haviam levado a fazer uma emenda de valor tão alto. Ele conferiu o número da emenda que tinha sido aprovada com o seu original e

verificou a fraude. “A minha emenda era de US\$ 867 mil”, disse Derzi. “Alguém roubou o dinheiro, descaradamente”. O coordenador da subcomissão de subvenções, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), considerou muito importante mais esta descoberta da CPI. O presidente da Comissão de Orçamento, em 1989, era o deputado João Alves (sem partido-BA), suspeito de ser o chefe do grupo que manipulava as verbas públicas.

Derzi contou que foi presidente da Comissão de Orçamento antes de 1988, quando o Congresso ainda não podia fazer emendas, embora o esquema de corrupção já atuasse. “Lamentavelmente eu não sabia de nada”, afirmou o senador. “Passei como bobo”. Conhecido por seu temperamento explosivo, Derzi estava tranquilo durante o depoimento.



Saldanha Derzi: “passei como bobo”.

Em outro depoimento de ontem, o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA) alegou que os documentos da empresa Odebrecht, que incluiu seu nome entre os parlamentares que defendiam emen-

das de interesses da empresa, não passam de “papéis unilaterais”. Aleluia foi mais um parlamentar interrogado antes que a documentação bancária e o levantamento patrimonial estivesse concluído, o

que provocou protestos entre os parlamentares.

O deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) terminou seu depoimento na madrugada de ontem e admitiu que lei orçamentária de 1992 só ganhou forma definitiva quase dois meses após a votação no Congresso. “O que nós aprovamos foram pareceres sobre as emendas”. Tinoco afirmou que é uma tradição aprovar um texto provisório no plenário. “A versão definitiva só é conhecida depois de publicada pelo Diário Oficial”. Tinoco atribuiu ao papel de relator do Orçamento, que exerceu durante cinco anos seguidos, seu título de campeão de emendas. As contas bancárias de Tinoco e o seu patrimônio, porém, não mostraram nenhuma irregularidade. “Ele saiu-se bem”, concluiu o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães.